



[Tradução]

Trabalho vivo, eco-sindicalismo e direito do trabalho: uma análise ecomarxista de alternativas ao capitalismo verde

Living labour, eco-syndicalism and labour law: an eco-Marxist analysis of alternatives to green capitalism

Travail vivant, écosyndicalisme et droit du travail: une analyse écomarxiste d'alternatives au capitalisme vert

Alexis Cukier

Université de Poitiers

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9802-2325>

VERSÃO ORIGINAL

CUKIER, Alexis. Travail vivant, usines récupérées et autogestion écologique: une analyse écomarxiste d'alternatives au capitalisme vert. *Après la Revolution*, n. 4, mar.2024. Disponível em: <https://riot-editions.fr/ouvrage/apres-la-revolution-numero-4/>. Acesso em 15 dez. 2024.

TRADUÇÃO

Gustavo Seferian

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6051232864493698>

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5587-6734>

RESUMO

Neste texto, uma adaptação ampliada em perspectivas de artigo publicado na revista de arquitetura marxista *Après la révolution*, num número intitulado "Production", Alexis Cukier apresenta algumas de suas pesquisas atuais no campo do marxismo ecológico sobre o tema das relações entre autogestão, lutas sociais, reconversão ecológica do trabalho e direito do trabalho. Ele examina três exemplos recentes de lutas dos trabalhadores: a fábrica recuperada autogestionária da Vio.Me em Tessalônica, na Grécia; o projeto de "cooperativa socialmente integrada" e de reconversão ecológica da antiga fábrica de trabalhadores da GKN em Florença, Itália; e a luta dos trabalhadores e em torno deles uma aliança ecológica e social na refinaria Total em Grandpuits, na França. Com base nestas experiências, analisadas através do prisma do conceito marxista de "trabalho vivo", inicia uma crítica às abordagens dominantes dentro do marxismo ecológico, que estão pouco preocupadas com a ecologia das comunidades trabalhadoras, e coloca o problema das condições e possibilidade de alianças, mais necessárias do que nunca, entre trabalhadores, sindicalistas, residentes e militantes ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: autogestão operária; eco-sindicalismo; ecosocialismo; redireção ecológica.

ABSTRACT

In this text, an expanded adaptation of an article published in the Marxist architecture journal *Après la révolution*, in an issue entitled “Production”, Alexis Cukier presents some of his current research in the field of ecological Marxism on the relationship between self-management, social struggles and the ecological reconversion of work. He examines three recent examples of workers’ struggles: the Vio.Me factory recovered for self-management in Thessaloniki, Greece; the project of a “socially integrated cooperative” and ecological reconversion of the ex-GKN workers’ factory in Florence, Italy; and the struggle of workers and around them of an ecological and social alliance at the Total refinery in Grandpuits, France. Based on these experiences, analyzed through the prism of the Marxist concept of “living labor”, he begins a critique of the dominant approaches within ecological Marxism, which show little concern for the ecology of working-class communities, and poses the problem of the conditions of possibility of alliances, more necessary than ever, between workers, trade unionists, residents and environmental activists.

KEYWORDS: workers’ self-management; eco-syndicalism; ecosocialism; ecological redirection.

RÉSUMÉ

Dans ce texte, une version augmentée et adaptée de l'article paru dans la revue d'architecture marxiste *Après la révolution*, dans un numéro intitulé “Production”, Alexis Cukier présente certaines de ses recherches en cours dans le domaine du marxisme écologique au sujet des rapports entre autogestion, luttes Sociales, reconversion écologique du travail et droit du travail. Il y examine trois exemples récents de luttes ouvrières: l'usine récupérée en autogestion de Vio.Me à Thessalonique en Grèce ; le projet de « coopérative socialement intégrée » et de reconversion écologique de l'usine des ouvriers ex-GKN à Florence en Italie ; la lutte des ouvriers et autour d'eux d'une alliance écologique et sociale à la raffinerie Total de Grandpuits en France. Sur la base de ces expériences, analysées au prisme du concept marxien de « travail vivant », il amorce une critique des approches dominantes au sein du marxisme écologique, peu soucieuses de l'écologie des communautés ouvrières, et pose le problème des conditions de possibilité des alliances, plus que jamais nécessaires, entre ouvrier.e.s, syndicalistes, habitant.e.s et militant.e.s écologistes.

MOTS CLÉS: autogestion ouvrière; éco-syndicalisme; écosocialisme; réorientation écologique.



INTRODUÇÃO

Sob que condições os trabalhadores e trabalhadoras que recuperam a sua fábrica sob autogestão podem iniciar uma redireção ecológica da produção? Neste texto, examinarei três exemplos: a fábrica de materiais de construção Vio.Me em Tessalônica (Grécia), recuperada e transformada numa oficina autogestionária para a produção de produtos domésticos orgânicos desde 2013; o da luta e do projeto de reconversão ecológica, destinado à construção de bicicletas de carga e painéis fotovoltaicos, dos trabalhadores e trabalhadoras da fábrica de equipamentos automotivos GKN, em Florença (Itália); e a da luta operária e da aliança de sindicalistas e militantes ecologistas contra um projeto de “transição ecológica”, imposto pelos acionistas e acompanhado de um plano social, na refinaria Total em Grandpuits (França). Defenderei que, para cada caso, podemos compreender a articulação entre autogestão e ecologia a partir da perspectiva do trabalho vivo - um conceito que proponho atualizar num livro que está a ser escrito, *Écologie politique du travail vivant: Climat, écomarxisme et révolution*.

No primeiro capítulo deste livro, a partir de exemplos de lutas centradas na ecologização e na democratização do processo de trabalho, proponho uma releitura ecomarxista do conceito marxista de **trabalho vivo** - que designa a dimensão subjetiva, natural e afetiva das atividades produtivas e reprodutivas - para fundamentar na **experiência de produção** um ponto de vista crítico sobre a dominação do trabalho morto e os seus efeitos destrutivos sobre a natureza humana e não humana. Lembremos que, em Marx, o trabalho vivo pode ser definido como o processo de trabalho, pois é realizado por um ser vivo, natural e histórico, em ligação com a autoprodução da natureza, é objeto de exploração, constitui uma experiência prática e ética específica, e se opõe ao trabalho morto do capital (na forma de máquinas e dinheiro). Esta definição refere-se a cinco dimensões do conceito, tal como é particularmente tematizado nos *Grundrisse*¹: 1. **naturalismo histórico**, que faz do trabalho uma atividade na e sobre a natureza, envolvendo a naturalidade e a

¹ MARX, Karl. *Manuscrits de 1857-1858 dits “Grundrisse”*. Paris: Les éditions sociales, 2011.



afetividade do ser humano e contribuindo também para reproduzir a vida do trabalhador vivo; 2. a **filosofia da natureza**, que concebe a autorreprodução dos ecossistemas naturais; 3. a **dimensão económica**, a força natural de produção do valor de uso é objeto de exploração; 4. a **dimensão ergonômica**, ancorada na experiência do sujeito trabalhador, constituindo uma relação ética específica com os meios de trabalho e em particular com as ferramentas e a terra, mais genericamente com a natureza; 5. a **dimensão crítica**, que associa a esta experiência um ponto de vista que permite contestar, eventualmente resistir e opor-se à dominação do trabalho morto. Com base numa releitura eco-marxista do trabalho vivo, trata-se de reconstruir, do ponto de vista ecológico, os conceitos fundamentais do marxismo (notadamente os de luta de classes, de ideologia, de capitalismo, de revolução) e defender a perspectiva de uma **ecologia política dos trabalhadores e trabalhadoras** que articula os interesses populares pela saúde ocupacional e saúde ambiental, pela satisfação das necessidades humanas e de outros seres vivos e pela reprodução dos ecossistemas. Ao compensar assim a falta de atenção do marxismo ecológico para com a "ecologia das comunidades operárias"², o objetivo é de promover, contra os projetos tecnocráticos de "transição ecológica" do capitalismo verde e do *Green New Deal*³, a importância das experiências de redirecionamento ecológico autogestionário e a função política central dos trabalhadores e trabalhadoras na revolução ecológica necessária.

Neste texto, apresentarei primeiramente a perspectiva geral da autogestão ecológica, depois examinarei as três lutas anteriormente mencionadas através do prisma do ponto de vista do trabalho vivo, para examinar, na conclusão, as consequências desta análise para o desenvolvimento do eco-sindicalismo e para a transformação ecossocialista do direito do trabalho, duas condições fundamentais de possibilidade para um processo de revolução ecológica e social.

² Ver BARCA, Stefania; LEONARDI, Emanuele. Ecologie ouvrière et politique syndicale. Une topologie conceptuelle de Tarente (Italie). *Les Mondes du Travail*, v. 29, p. 165-185, 2023.

³Ver CUKIER, Alexis. Démocratiser le travail dans un processus de révolution écologique et sociale. *Les Possibles*, n. 24, 2020. Disponível em: <https://france.attac.org/nos-publications/les-possibles/numero-24-ete-2020/dossier-la-transformation-du-systeme-productif/article/democratiser-le-travail-dans-un-processus-de-revolution-ecologique-et-sociale>.

Acesso em: 10 nov. 2024.



O lugar, o ecossistema e a instituição da autogestão ecológica

A perspectiva do trabalho vivo promove aspectos da experiência produtiva que podem parecer ambíguos do ponto de vista ecológico, como o apego à fábrica, às infraestruturas, aos territórios e às suas histórias, a procura apaixonada pelo exercício da atividade. Defendo que é, no entanto, um dos principais motores da redireção ecológica e uma condição essencial para a formulação autogerida das necessidades. Permite-nos compreender os processos pelos quais as fábricas recuperadas podem tornar-se, como hoje as fábricas da GKN em Florença ou Vio.Me em Tessalônica, áreas a serem defendidas contra procedimentos de despejo, da mesma forma que foi a zona húmida de Notre-Dame-des-Landes, por exemplo. É a partir da experiência de produção, na continuidade do curso das lutas, das ocupações e das tentativas de reapropriação dos lugares produtivos, que os trabalhadores e trabalhadoras e seus aliados e aliadas contestam o capitalismo verde, definem prioridades nas necessidades sociais, inventam as vias de redirecionar as atividades, as expertises e a infraestrutura. Isto também implica que os e as habitantes das cercanias fabris e militantes mobilizados e mobilizadas entrem, através da luta comum com os trabalhadores e trabalhadoras, no “antro secreto da produção”⁴, na lógica do trabalho vivo - que envolve aspectos da autogestão ecológica negligenciados dentro do marxismo ecológico dominante:

1. O **lugar da autogestão ecológica**, que se refere ao aspecto da ocupação da fábrica como espaço vivido de produção, aos vínculos naturais, corporais, afetivos, sociais, aos seres vivos, às pessoas e ao ambiente socioecológico do trabalho; o que significa que os trabalhadores da Vio.Me e da GKN não abandonam a sua fábrica e procuram reinventá-la.

2. O **ecossistema de produção**, que se refere aos processos naturais dentro dos quais e com os quais trabalhamos, que impõem limites à reapropriação e

⁴ MARX, Karl. **Le Capital**. Livre I. Paris: Les éditions Sociales, s/d, p. 172. Nota do tradutor (N.T.): A menção no original - em língua francesa, sabidamente revisado pelo próprio Marx - trata de “l’antre secret de la production”. Preferimos traduzir desse modo, que de formas consagradas em outras traduções para o português, a exemplo da menção ao “terreno oculto da produção” (MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 187).



reconversão autogestionária do aparelho produtivo, mas também os orientam e estimulam; é a questão da procura de uma ecologia popular de baixo custo na Grécia, ou da recusa da transição ecológica conduzida pelo capitalismo verde em Itália;

3. A **instituição da autogestão**, que se refere aos processos de investigação militante, à constituição de redes de solidariedade e à criação de instituições baseadas no trabalho vivo. Assim, o coletivo “Solidariedade com Vio.Me” começou a co-avaliar sobre formas de produzir produtos domésticos não tóxicos, enquanto trabalhadores e investigadores da GKN e os pesquisadores e pesquisadoras militantes da Universidade de Sant’Anna em Pisa construíram juntos um plano de reconversão ecológica que conduz hoje a um projeto de cooperativa “socialmente integrada”.

Pensar o lugar, o ecossistema, a instituição da autogestão, significa, portanto, levar a sério o problema da ecologização das forças produtivas, e não apenas (como fazem John Bellamy Foster e Andreas Malm , por exemplo⁵) as relações de produção. Isto também exige não nos determos na questão da subordinação do trabalho às necessidades (André Gorz) ou das relações de cooperação democrática entre trabalhadores e habitantes (Michael Löwy), mas examinarmos prioritariamente os processos pelos quais as subjetividades produtivas - suas expertises, seu tempo, suas relações com a natureza, seus afetos - são colocados a serviço da redireção ecológica, no sentido de todas as operações de fechamento, desmantelamento⁶ e reconversão de infraestruturas e atividades necessárias a uma revolução ecológica e social.

Neste texto, concentro-me em duas questões. Primeiro: quais são os processos que conduzem os trabalhadores e trabalhadoras que ocupam suas fábricas a um redirecionamento ecológico a partir de baixo, em oposição ao capitalismo verde? Segundo: como explicar as estratégias de aliança entre trabalhadores e trabalhadoras, moradores e moradoras e militantes em torno da autogestão

⁵ Ver, por exemplo, em francês, FOSTER, John Bellamy. **Marx écologiste**. Paris: Amsterdam, 2011; e MALM, Andreas. **L’anthropocène contre l’histoire: Le réchauffement climatique à l’ère du capital**. Paris: La Fabrique, 2017.

⁶ Ver por exemplo MONNIN, Alexandre; LANDIVAR, Diego; BONNET, Emmanuel. **Héritage et fermeture: une écologie du démantèlement**. Paris: Divergences, 2021.



ecológica, na medida em que permitem articular normas trabalhistas e de necessidades materiais?

Como subordinar a produção às necessidades? Reflexões a partir da experiência da GKN

Numa perspectiva ecossocialista, a produção deve estar subordinada às necessidades sociais e aos imperativos ecológicos. Mas como isso pode acontecer na prática e quem deve iniciar e liderar o processo? Para Gorz, a autogestão ecológica, a exemplo dos eco-times nos Países Baixos⁷, começa com a experimentação de novos modos de vida pelos e pelas habitantes e depois envolve uma redefinição do seu tempo de trabalho para autoproduzir os meios necessários para essas experiências. Afinal, as necessidades autodeterminadas da comunidade comandam o trabalho, que se restringe a um serviço público de apoio a outras atividades sociais, em que o momento da produção ocupa apenas um lugar limitado. Para Löwy, uma planificação democrática e ecológica da economia deve estabelecer os comandos aos trabalhadores e trabalhadoras em autogestão na sua unidade de produção. Assim, por exemplo:

Embora a decisão de transformar, por exemplo, uma fábrica de automóveis numa unidade de produção de ônibus ou trens elétricos fosse da responsabilidade da sociedade como um todo, a organização interna e o funcionamento da fábrica seriam geridos democraticamente pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras.⁸

No entanto, estas duas imagens da relação entre planeamento de necessidades e autogestão do trabalho são demasiado simples e negligenciam as realidades do trabalho - proponho mostrar isto usando os exemplos da GKN, em Florença, e da Vio.Me, em Tessalônica. Em ambos os casos, trabalhadores e trabalhadoras,

⁷ GORZ, André. *Misère du présent, richesse du possible*. Paris: Galilée, 1997, p. 177-178.

⁸ LÖWY, Michael. *Écosocialisme: L'alternative écologique à la catastrophe écologique capitaliste*. Paris: Mille et Une Nuits, 2011, p. 60.



militantes e habitantes não refletem por conta própria em termos de meios e fins, mas investigam em conjunto, também com base nas suas ligações aos lugares, pessoas e práticas, sobre as condições para a continuação da atividade produtiva. É nesta avaliação comum, iniciada na lógica do trabalho vivo e centrada na problemática da continuidade da atividade, que trabalhadores e trabalhadoras, habitantes, pesquisadoras, pesquisadoras e militantes podem redefinir as suas necessidades, conceber reconversões e redirecionar ecologicamente a produção.

Começamos pela luta dos operários e operárias da fábrica de sistemas de transmissão automotiva GKN Driveline em Campi Bisenzio (Florença), que ocuparam as suas instalações a partir de 9 de julho de 2021, desenvolvendo então um projeto de autogestão e ecologização do trabalho após a tentativa de fechamento da fábrica pelo fundo de investimento Melrose Industries UK, proprietário da fábrica desde 2018. Conforme recordado na introdução ao “Plano de Futuro para o Futuro de Florença”, escrito pelo Grupo de Pesquisa Solidária GKN:

No dia 9 de julho de 2021, os trabalhadores, agrupados num coletivo unido e radical, o Collettivo di Fabbrica, que já existia muito antes do conflito, forçaram as portas da fábrica e organizaram uma ocupação duradoura, para que “nem um ferrolho” fosse removido. Eles tomaram posse da fábrica, das máquinas e das linhas de produção paradas no dia 8 de julho. Eles começaram a construir uma rede de apoio que vai além do meio estritamente militante, a ponto de alcançar também o mundo acadêmico.⁹

Encontramos nesta experiência a dimensão do lugar da autogestão: é em razão da existência prévia de um coletivo de trabalho solidário e funcional, ligado ao lugar da fábrica e construído na inteligência do trabalho vivo e das lutas, essa ocupação, a construção de uma rede militante e depois a concepção de um plano de reconversão são possíveis.

O que podemos chamar de ecossistema de autogestão também desempenha um papel importante no projeto de redireção ecológica a partir de baixo - é isso que

⁹ CIRILLO, Valeria et al. **Un piano per il futuro della fabbrica di Firenze: Dall'ex GKN Alla Fabbrica Socialmente Integrata**. Milano: Fondazione Gangiacomo Feltrinelli, 2022, p. 15. Disponível em: https://fondazionefeltrinelli.it/app/uploads/2023/01/Finale_Futuro-per-la-fabbrica-di-Firenze.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024. N.T.: Os extratos foram traduzidos para o francês por Elodie Chédikian.



nos permite explicar que:

[...] o grupo de pesquisa solidária quis propor um plano seguindo as trajetórias de desenvolvimento sustentável definidas por organizações internacionais como o IPCC, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas e a Agência Internacional de Energia, aproveitando desde cedo a oportunidade para planejar uma recuperação ecológica do local, para contribuir para a transição ecológica do tecido produtivo italiano.¹⁰

Finalmente, no que diz respeito à investigação militante, à criação de redes de solidariedade e à criação de instituições autogeridas, o exemplo da GKN é igualmente exemplar, devido à aliança duradoura entre operários e operárias com pesquisadores e pesquisadoras apoiadores da GKN, que juntos conceberam e executaram um projeto de “cooperativa socialmente integrada” para a construção de bicicletas de carga e painéis fotovoltaicos que, neste momento, está sendo financiado nomeadamente através de uma campanha internacional de participação acionária popular.

A autogestão ecológica necessita, portanto, muita cooperação entre trabalhadores e trabalhadoras, habitantes, pesquisadores, pesquisadoras e ativistas, mas é, antes de tudo, a partir do coletivo de trabalho, em torno do exercício da atividade, na perspectiva do trabalho vivo, que podem e devem acontecer seus encontros, avaliações e alianças. Isso também é o que mostra a experiência autogestionária de Vio.Me.

Vio.Me: redirecionamento ecológico e alianças militantes a partir do trabalho vivo

Por decisão da assembleia geral, os trabalhadores da fábrica Vio.Me em Tessalônica, que não recebiam salário desde maio de 2011, tido após o abandono da fábrica pelo seu proprietário, ocupam a fábrica e, após significativa mobilização

¹⁰ CIRILLO, Valeria et al. *Un piano per il futuro della fabbrica di Firenze: Dall'ex GKN Alla Fabbrica Socialmente Integrata*. Milano: Fondazione Gangiacomo Feltrinelli, 2022, p. 22. Disponível em: https://fondazionefeltrinelli.it/app/uploads/2023/01/Finale_Futuro-per-la-fabbrica-di-Firenze.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.



social, retomam a produção em autogestão em 12 de fevereiro de 2013¹¹. Progressivamente, os operários abandonaram a produção de materiais de construção e o tratamento químico para produzirem apenas produtos domésticos orgânicos e baratos.

Que processos permitiram a eles a redireção ecológica? Os ocupantes autogestionários são os operários subalternos, que inicialmente não sabem de início utilizar o laboratório químico da fábrica - por isso surge desde o início a questão da mudança de produção, necessária também pela impossibilidade de vender a mercadoria aos clientes dos antigos patrões, que se recusam a negociar com a fábrica autogerida. Mas a reconversão está a ser construída sobretudo para responder à demanda da rede militante, composta por moradores e moradoras solidários, sindicalistas e militantes políticos de Tessalônica e Atenas. Um dos operários, Makis, explicou-me, em 2016, durante uma visita à fábrica ocupada, que lhes tinham dito o seguinte: “Como estamos a ajudá-los retomar a fábrica, nós te pedimos que produzam coisas que serão úteis para nós e que podemos comprar de vocês”. Isto explica porque a produção consiste essencialmente em produtos domésticos orgânicos, mas também baratos e com materiais inofensivos para quem os utiliza. Durante reunião com a associação de solidariedade que participei, foi discutida notadamente a qualidade dos produtos, a possibilidade de prescindir da certificação orgânica institucional (na verdade a das instituições europeias) para oferecer uma “contra-certificação interna”, bem como as dificuldades encontradas no próprio processo de produção. A associação de solidariedade, portanto, não só intervém nas decisões estratégicas, mas também apoia os operários e operárias na transformação e melhoria da produção.

Para que o redirecionamento ecológico seja possível, devem se encontrar trabalhadores, trabalhadoras e usuários dos serviços detentores de novas necessidades sociais, mas esse encontro deve acontecer primeiro na fábrica, em torno da atividade, e que os apoiadores da iniciativa autogestionária concordem em entrar na lógica do trabalho vivo. Isto não corresponde ao esquema de deliberação

¹¹ Para mais informações, ver CUKIER, Alexis. *Le travail démocratique*. Paris: Puf, 2018, p. 190-193.



sobre os fins (necessidades decididas pelo planeamento ou mudança do modo de vida dos habitantes) e depois sobre os meios para os atingir (produção autogerida pelos trabalhadores), que fundamenta os argumentos de Gorz e Löwy. Para a Vio.Me, como para outros casos de fábricas recuperadas, é a coavaliação entre trabalhadores, trabalhadoras, habitantes, pesquisadores e militantes, na perspectiva do trabalho vivo, que permitiu articular necessidades sociais e trabalho.

Que alianças permitiram instituir a autogestão ecológica? É também em torno do trabalho vivo que se constroem as solidariedades e as instituições de autogestão. Como ocorreu na França com os ex-empregados da Pilpa, que se tornou a Scop La Fabrique du Sud e sua rede de solidariedade dos amigos da Fabrique du Sud, em Carcassonne, ou para o ex-empregados da Fralib, que se tornou Scop-Ti e a associação Fraliberthé em Gemenos, por exemplo, a mudança da Vio.Me para a autogestão envolve a intervenção de militantes solidários na fábrica. Assim, o coletivo “Solidários da Vio.Me” ajuda os operários e operárias a fazer face aos processos de despejo promovendo no local fabril outras atividades militantes, como a abertura de um dispensário social autogerido de medicina do trabalho ou o armazenamento de medicamentos para solidariedade com migrantes, notadamente. Há aqui uma dimensão tática, mas também estratégica: em torno do slogan “Ocupar, resistir, produzir”, é uma visão da fábrica como lugar (do) comum, aberto a todos e todas e orientado para as necessidades sociais que se defende. E é esta descompartmentalização da fábrica que permite a avaliação sobre a articulação entre necessidades e trabalho e a redireção ecológica das forças produtivas possam se construir e ter lugar.

Mais uma vez, a subordinação do trabalho às necessidades não deve ser concebida como uma deliberação que as boas instituições ecossocialistas poderiam organizar de uma vez por todas, mesmo que isso signifique reconhecer que por vezes existiriam conflitos a resolver. Tais instituições, à escala da unidade de produção, do setor e dos territórios¹², são certamente necessárias, mas devem ser concebidas para favorecer o processo democrático de redireção ecológica tanto das

¹² CUKIER, Alexis. *Le travail démocratique*. Paris: Puf, 2018, p. 232 e ss.



necessidades como do trabalho, uma redireção que vemos que deve ser feita a partir da experiência compartilhada de produção e da avaliação militante sobre ela - novamente dito, na perspectiva do trabalho vivo.

Na refinaria Total de Grandpuits, luta operária e ecologista contra o capitalismo verde

Se as experiências de autogestão ecológica ainda são pouco numerosas, se multiplicam as situações em que coletivos operários, confrontados com cortes de empregos e projetos de capitalismo verde de acionistas, se questionam sobre a reapropriação e a direção ecológica da sua fábrica. Na França, este foi particularmente o caso dos operários e operárias da refinaria Total em Grandpuits, no quadro da luta liderada em primeiro lugar pelo sindicato local da CGT¹³ e, depois, por aliados ecologistas, que levou a uma greve de um mês, no início de 2021, e à elaboração (sem sucesso), em 2022, de um plano de reconversão ecológica alternativo.

Os trabalhadores mobilizados contestaram o plano da Total de reverter Grandpuits numa “plataforma de petróleo zero”, acompanhado por um chamado “plano de salvaguarda de empregos” que, na realidade, envolvia 700 dispensas de empregados. Este projeto previa a reconversão do local da refinaria de petróleo para uma nova atividade que combina produção de agrocombustíveis, reciclagem e produção de plástico a partir de materiais vegetais, e produção de eletricidade a partir de centrais solares. É típico do capitalismo verde, através do qual a classe capitalista procura adaptar a extração de mais-valor ao aquecimento global desenfreado e às novas condições produtivas induzidas pelos desastres ecológicos em curso. Perante este projeto, a CGT e as organizações ecológicas denunciaram o “*greenwashing* para mascarar os danos sociais”¹⁴ e desenvolvem uma contra-

¹³ N.T.: *Confédération Générale du travail*, histórica entidade sindical francesa, que por longas décadas manteve ligação orgânica com o Partido Comunista Francês.

¹⁴ Ver, em particular, o relatório LES AMIS DE LA TERRE FRANCE et al. *Reconversion de la raffinerie de Grandpuits: pourquoi le projet de Total n'est ni écolo, ni juste*. França, janeiro 2021. Disponível em: <https://www.amidelaterre.org/wp-content/uploads/2021/01/decryptage-plan-raffinerie-grandpuits.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.



argumentação para contestar o caráter ecológico da plataforma de petróleo zero. Assim, a transição para os agrocombustíveis emitiria mais gases de efeito estufa do que os combustíveis fósseis devido, em particular, à deflorestação induzida e à mudança nos usos do solo; a reciclagem de plástico necessitaria consumir petróleo e gás, permitindo assim à multinacional vender *stocks* fósseis; a produção de bioplástico implicaria pressão nas superfícies agricultáveis tanto a montante quanto a jusante. Assim, como afirma texto público de 2020:

Porque não basta substituir o petróleo pelos agrocombustíveis para acabar com a superexploração dos recursos naturais e porque não basta brandir a transição para justificar a destruição de empregos, nós nos mobilizamos com os assalariados e assalariadas de Grandpuits.¹⁵

Contudo, esta luta operária e ecológica também foi construída através do desenvolvimento da perspectiva do trabalho vivo.

Em primeiro lugar, são as palavras dos próprios trabalhadores, trabalhadoras e sindicalistas que devemos ouvir sobre este assunto, como é a de Adrien Cornet, delegado local da CGT:

“Isso é o que tentamos fazer em Grandpuits: convencer todos os trabalhadores e, de forma mais ampla, os ambientalistas de que a classe trabalhadora é a solução para encampar as batalhas ecológicas. Em todo o caso, é a única classe que possui tanto posição na correlação de forças como o conhecimento da ferramenta de trabalho para a fazer evoluir para exigências sinónimas de uma transição ecológica em grande escala. O controle operário dos meios de produção é uma coisa fundamental”. E explicar que os operários “sabem muito bem o que despejam” no rio adjacente ao local e no Sena...mas também sabem como não o fazer, desde que trabalhem em uma condição adequada.¹⁶

O trabalho vivo, no sentido do conhecimento e da experiência vivida da ferramenta, do ecossistema do território e das consequências ambientais do trabalho

¹⁵ CGT GRANDPUITS, LES AMIS DE LA TERRE FRANCE, GREENPEACE FRANCE, ATTAC FRANCE, UNION SYNDICALE SOLIDAIRES, FSU, OXFAM FRANCE, LA CGT, CONFÉDÉRATION PAYSANNE. Raffinerie Total de Grandpuits: greenwashing et casse sociale. *Libération*, 16 de dezembro 2020. Disponível em: https://www.liberation.fr/debats/2020/12/16/raffinerie-total-de-grandpuits-greenwashing-et-casse-sociale_1808837/. Acesso em: 10 nov. 2024.

¹⁶ QUENTEL, Amélie. Adrien Cornet: la raffinerie contre-attaque. *Socialter*, 22 abril 2022. Disponível em: <https://www.socialter.fr/article/adrien-cornet-la-raff-contre-attaque>. Acesso em: 10 nov. 2024.



concreto, é claramente colocado como uma pré-condição para iniciar e orientar o redirecionamento ecológico.

Esta reivindicação explícita da importância política da experiência produtiva nos é permitida, como aponta Nils Hammerli, por trajetórias profissionais, intelectuais e militantes específicas, bem como por processos internos das organizações envolvidas¹⁷. Por um lado, esta luta herda a experiência de uma aliança anterior entre a CGT e a associação de defesa ambiental *Les Amis de la Terre* contra o projeto da “biorrefinaria” de Mède, denunciando seu uso massivo de óleo de palma. Por outro lado, o “trabalho de consenso” entre organizações em nível local foi possível pela convergência de interesses de curto prazo entre os atores, enquanto as soluções previstas no projeto alternativo, concebido em torno da produção de hidrogénio verde, a produção de biogás, bem como o processamento e utilização do cânhamo como material, não alcançam consenso entre sindicatos e associações a nível nacional. Mas o acordo foi possível, neste caso, pelo ponto de partida desta aliança: o que se pretende é a continuação da atividade do mesmo coletivo de trabalho e a reapropriação da fábrica em condições que sejam compatíveis com a redireção ecológica. Essa perspectiva, que adota o ponto de vista da lógica do trabalho vivo, fica manifesta no mesmo texto de dezembro de 2020 que pede:

[...] apoiar a luta das refinarias de Grandpuits contra o plano social e o falso plano de conversão “petróleo zero” da Total, inclusive se isso exigir a manutenção das atividades de refinação por mais alguns anos; mobilizar toda a expertise das nossas organizações para construir, com os assalariados de Grandpuits, os habitantes de Seine-et-Marne e junto a todo o tecido económico afetado pelos anúncios da Total, um verdadeiro plano de reconversão, justo e ecológico, com zero perdas de emprego.¹⁸

Não há, portanto, nenhum plano de reconversão ecológica sem uma experiência comum de produção e luta, sem a entrada de militantes na lógica da

¹⁷ HAMMERLI, Nils. Raffineurs et écolos unis: Formation et maintien d’une coalition contestataire à la raffinerie de Grandpuits. *Les Mondes du travail*, n. 29, 2003.

¹⁸ CGT GRANDPUITS, LES AMIS DE LA TERRE FRANCE, GREENPEACE FRANCE, ATTAC FRANCE, UNION SYNDICALE SOLIDAIRES, FSU, OXFAM FRANCE, LA CGT, CONFÉDÉRATION PAYSANNE. Raffinerie Total de Grandpuits: greenwashing et casse sociale. *Libération*, 16 de dezembro 2020. Disponível em: https://www.liberation.fr/debats/2020/12/16/raffinerie-total-de-grandpuits-greenwashing-et-casse-sociale_1808837/. Acesso em: 10 nov. 2024.



experiência produtiva e, neste caso, sem a redireção das posições dos e das militantes nas questões levantadas pelo trabalho vivo dos profissionais. Esta é uma dimensão que os trabalhos de Malm sobre o capitalismo fóssil negligenciam completamente: para acabar com a economia fóssil, não seria apenas necessário bloquear, sabotar e desmantelar as suas infraestruturas¹⁹ (o que o leva a apostar tudo na articulação entre o ativismo e constrangimento estatal), mas também, e antes de mais nada, conquistar novos direitos e poderes para os trabalhadores e trabalhadoras, para que também possam redirigir as atividades e as infraestruturas, e para fazer criar e impor através da luta instituições autónomas de trabalho vivo.

Conclusão: eco-sindicalismo e ecologização do direito do trabalho

Esta hipótese da centralidade estratégica do trabalho vivo é fundamental para pensar as condições de uma revolução ecológica e social hoje, e em particular para o desenvolvimento do eco-sindicalismo, que é a urgência estratégica do momento, bem como para a transformação ecológica do direito do trabalho que ele possa permitir.

Estes exemplos (e outros) de avaliações sociais, operárias e militantes sobre a ecologização do trabalho, que reatualizam, de um ponto de vista ambientalista, as tradições revolucionárias sindicalistas, conselhistas e operaistas do movimento operário, alimentam, na verdade, na minha própria pesquisa, teórica e politicamente, uma reflexão eco-marxista sobre a refundação do marxismo, mas também sobre o desenvolvimento do eco-sindicalismo, que pode ser “definido como a tomada em conta da ecologia em todas as suas dimensões pelo sindicalismo e vice-versa, como a integração através da ecologia da defesa dos interesses dos trabalhadores”²⁰. O ecossindicalismo permite contestar o ponto de vista dominante

¹⁹ MALM, Andreas. *Comment saboter un pipeline*. Paris, La Fabrique, 2020.

²⁰ FARBIASZ, Patrick. Construire l'éco-syndicalisme. *Contretemps*, 2021. Disponível em: <https://www.contretemps.eu/crise-ecologie-climat-syndicalisme>. Acesso em: 10 de nov. de 2024. Ver também FARBIASZ, Patrick. La planète brûle...et la société aussi! Appel pour un réseau éco-syndicaliste. *Mediapart*, 2021. Disponível em: <https://blogs.mediapart.fr/reseau-eco-syndicaliste/blog/291023/la-planete-brule-et-la-societe-aussi-appel-pour-un-reseau-eco-syndicaliste-2021>. Acesso em: 10 nov. 2024.



no seio da social-democracia ecológica na França, como noutras partes do mundo, que desenvolve uma abordagem das políticas de transição e planificação ecológicas que pode ser qualificada como burocrática, no sentido de que não anseia envolver trabalhadores no terreno nas decisões sobre a redireção ecológica. Por outro lado, defendo que são os trabalhadores e trabalhadoras que devem dirigir esta bifurcação ecológica na própria atividade do seu trabalho, para poderem responder às decisões democráticas sobre as necessidades que devem ser elaboradas pelos cidadãos. Na perspectiva do eco-sindicalismo, cabe, portanto, ao sindicato preparar, iniciar e organizar esta redireção, desde que 1. caiba aos habitantes decidir sobre as necessidades e finalidades do trabalho - este é o sentido da minha proposta de novas instituições de trabalho democrático (ver abaixo) 2. os sindicatos forjem, sistematicamente, alianças com ambientalistas e residentes e construam coligações, em todas as escalas, em torno da ecologização do trabalho, como nas avaliações e pesquisas sociais, operárias e militantes que examinamos.

No que diz respeito à ecologização do direito do trabalho - e ao que é chamado no mundo acadêmico de língua inglesa de “*environmental labor law studies*”²¹-, o desafio é, sem dúvida, antes de tudo, desenvolver a própria ideia a partir das lutas e práticas reais da luta de classes pelo ecossocialismo. Com efeito, nas pesquisas na França e na Europa de que tenho conhecimento, que me parecem refletir a divisão do trabalho sindical e dos militantes sobre este assunto, as questões jurídicas ligadas aos efeitos do trabalho na saúde dos trabalhadores e residentes, por um lado, o papel dos trabalhadores na redireção ecológica, por outro, e a reconfiguração das políticas de emprego com vista a uma transição justa, finalmente, raramente são questionados em conjunto²². Mais ainda, estas questões são colocadas à parte das propostas de democratização do processo, da organização e da divisão do trabalho, que remetem para as perspectivas de uma democratização do Estado, do mercado e da empresa, e dependem elas próprias de uma reapropriação mais fundamental: o da decisão democrática sobre as necessidades às quais o trabalho deve responder.

²¹ Ver em particular PERULLI, Adalberto, TREU, Tiziano (eds.). **Labour Law and Climate Change: Towards a Just Transition**. Alphen aan den Rijn: Kluwer Law International, 2023.

²² Ver, aqui, BOHNENBERGER, Katharina. Greening work: labor market policies for the environment. **Empirica**, v. 49, n. 2, p. 347-368, 2022.



Do ponto de vista teórico, a perspectiva de radicalização eco-marxista do debate sobre o futuro do direito do trabalho está ligada, no meu método, ao desenvolvimento de uma abordagem de "filosofia social do direito"²³, que pode ser inspirada na abordagem da crítica marxista do direito capitalista e a reconstrução do direito do trabalho com base em práticas sociais emancipatórias²⁴, ela própria ampliada em particular por Karl Korsch que, em *Arbeitsrecht para Betriebsräte*, propôs instituir direitos democráticos dos trabalhadores com base na experiência dos conselhos de trabalhadores alemães²⁵. É de forma semelhante que hoje é necessário interligar as propostas jurídicas mais conhecidas na França, como o limite da temperatura máxima de trabalho, o direito de aposentadoria coletiva em caso de perturbação ambiental e o direito à informação e/ou o direito de veto dos empregados concernente às implicações ambientais das suas atividades, a um projeto ecossocialista.

Do ponto de vista sindical e político, esta questão do futuro ecossocialista do direito do trabalho necessita do desenvolvimento de uma política de trabalho vivo, em que o processo de redefinição das necessidades dos residentes seja coextensivo com a avaliação, a partir do trabalho vivo, sobre as possibilidades de redireção ecológica das técnicas, saberes e experiências presentes no local de trabalho ou no território. Nesta perspectiva, as propostas jurídicas e institucionais devem ser concebidas não como soluções para os problemas de redireção ecológica da economia, mas como condições para a possibilidade da sua reapropriação pelos trabalhadores e habitantes. É o caso, por exemplo, da proposta da *Confédération Générale du Travail* de um "novo estatuto do trabalho assalariado", que permitiria a continuidade do salário e dos direitos sociais de maneira desconectada do emprego, mas também o apoio a projetos de reconversão ecológica levados a cabo pelos trabalhadores, e que é hoje reavaliado na proposta atualmente em desenvolvimento

²³ CUKIER, Alexis. Normativité et légitimité du droit du travail: Une approche de philosophie sociale. *Revue Droit & Philosophie*, n. 1, 2021.

²⁴ CUKIER, Alexis. Marx et le droit du travail: contradictions, postérité et actualité. *Revue Droit & Philosophie*, v. X, 2019.

²⁵ KORSCH, Karl. *Politische Texte: Arbeitsrecht für Betriebsräte*. Hamburg: Europäische Verlaganstalt, 1968. Ver sobre o assunto em CUKIER, Alexis. *Le travail démocratique*. Paris: PUF, 2014, p. 110-116.



por sindicalistas, ecologistas e pesquisadores para “segurança social da redireção ecológica”. É também o caso das minhas propostas de um sistema de conselhos para a redireção ecológica da produção: os conselhos sociais para que os residentes possam deliberar sobre as necessidades, os conselhos econômicos para que os representantes dos trabalhadores dos setores planejem a reconversão ecológica de acordo com as necessidades, e conselhos de empresa para que os trabalhadores das empresas decidam sobre a organização, condições e meios deste trabalho a serviço das necessidades²⁶. Mais precisamente, nesta proposta é nos conselhos sociais que poderá ocorrer a decisão democrática sobre as necessidades prioritárias, a planificação dos objetivos gerais de produção para as satisfazer e a criação ou reconversão de empresas que as possibilitem; cada um dos níveis territoriais deve enquadrar as suas decisões no quadro dos objetivos mais gerais decididos ao nível superior. É nos conselhos econômicos que poderá se decidir mais precisamente a reorganização necessária do sistema produtivo, setor a setor (por exemplo para a agricultura com uma deliberação e decisão implicando todos as partes envolvidas no setor: agricultores, transportadores, comerciantes etc.) para permitir a concretização das decisões dos conselhos sociais e a descarbonização da economia de acordo com a legislação. E é nos conselhos de empresa, no seio de cada empresa (que não deverá ultrapassar um número máximo de trabalhadores, para funcionar também como coletivo de trabalho na atividade concreta e permitir deliberações reais), que será decidida a forma que é necessária e desejável. trabalhar para implementar estas decisões democráticas planeadas.

Estas são proposições gerais, destinadas principalmente a suscitar o debate e a investigação sobre o meu argumento principal: nenhuma bifurcação ecológica será jamais realizada se nós nos apoiarmos principalmente na experiência de burocratas, eleitos ou funcionários supostamente “especialistas” na transição ecológica, mas só

²⁶ Sobre esse tema, as proposições na conclusão de CUKIER, Alexis. **Le travail démocratique**. Paris: Puf, 2024 e seu aprofundamento ecossocialista em CUKIER, Alexis. *Démocratiser le travail dans un processus de révolution écologique et sociale*. **Les Possibles**, n. 24, 2020. Disponível em: <https://france.attac.org/nos-publications/les-possibles/numero-24-ete-2020/dossier-la-transformation-du-systeme-productif/article/democratiser-le-travail-dans-un-processus-de-revolution-ecologique-et-sociale>. Acesso em: 10 nov. 2024.



pode ser decidida e implementada com base no conhecimento dos residentes e dos trabalhadores. Contudo, para que isso seja possível, é necessário que os habitantes sejam legal e institucionalmente reconhecidos como trabalhadores e que os trabalhadores sejam legal e institucionalmente reconhecidos como cidadãos. Este é o que me parece ser o desafio comum da pesquisa eco-marxista, da transformação ecossocialista do direito do trabalho e do eco-sindicalismo: colocar o trabalho vivo e as suas implicações institucionais no centro das lutas de classes com vista a uma revolução ecológica, democrática e social.

REFERÊNCIAS

BARCA, Stefania; LEONARDI, Emanuele. Ecologie ouvrière et politique syndicale. Une topologie conceptuelle de Tarente (Italie). *Les Mondes du Travail*, v. 29, p. 165-185, 2023.

BOHNENBERGER, Katharina. Greening work: labor market policies for the environment. *Empirica*, v. 49, n. 2, p. 347-368, 2022.

CGT GRANDPUITS, LES AMIS DE LA TERRE FRANCE, GREENPEACE FRANCE, ATTAC FRANCE, UNION SYNDICALE SOLIDAIRES, FSU, OXFAM FRANCE, LA CGT, CONFÉDÉRATION PAYSANNE. Raffinerie Total de Grandpuits: greenwashing et casse sociale. *Libération*, 16 de dezembro 2020. Disponível em: https://www.liberation.fr/debats/2020/12/16/raffinerie-total-de-grandpuits-greenwashing-et-casse-sociale_1808837/. Acesso em: 10 nov. 2024.

CIRILLO, Valeria et al. *Un piano per il futuro della fabbrica di Firenze: Dall'ex GKN Alla Fabbrica Socialmente Integrata*. Milano: Fondazione Gangiacomo Feltrinelli, 2022. Disponível em: https://fondazionefeltrinelli.it/app/uploads/2023/01/Finale_Futuro-per-la-fabbrica-di-Firenze.pdf. Acesso em: 10 nov. 2024.

CUKIER, Alexis. Démocratiser le travail dans un processus de révolution écologique et sociale. *Les Possibles*, n. 24, 2020. Disponível em: <https://france.attac.org/nos-publications/les-possibles/numero-24-ete-2020/dossier-la-transformation-du-systeme-productif/article/democratiser-le-travail-dans-un-processus-de-revolution-ecologique-et-sociale>. Acesso em: 10 nov. 2024.

CUKIER, Alexis. Normativité et légitimité du droit du travail: Une approche de philosophie sociale. *Revue Droit & Philosophie*, n. 1, 2021.



CUKIER, Alexis. Marx et le droit du travail: contradictions, postérité et actualité. *Revue Droit & Philosophie*, v. X, 2019.

CUKIER, Alexis. **Le travail démocratique**. Paris: Puf, 2018.

FARBIAZ, Patrick. Construire l'éco-sindicalisme. *Contretemps*, 2021. Disponível em: <https://www.contretemps.eu/crise-ecologie-climat-syndicalisme>. Acesso em: 10 de nov. de 2024.

FARBIAZ, Patrick. La planète brûle...et la société aussi! Appel pour un réseau éco-sindicaliste. *Mediapart*, 2021. Disponível em: <https://blogs.mediapart.fr/reseau-eco-syndicaliste/blog/291023/la-planete-brule-et-la-societe-aussi-appel-pour-un-reseau-eco-syndicaliste-2021>. Acesso em: 10 nov. 2024.

FOSTER, John Bellamy. **Marx écologiste**, Paris: Amsterdam, 2011.

GORZ, André. **Misère du présent, richesse du possible**. Paris: Galilée, 1997.

HAMMERLI, Nils. Raffineurs et écolos unis: Formation et maintien d'une coalition contestataire à la raffinerie de Grandpuits. *Les Mondes du travail*, n. 29, 2003.

KORSCH, Karl. **Politische Texte: Arbeitsrecht für Betriebsräte**. Hamburg: Europäische Verlaganstalt, 1968.

LES AMIS DE LA TERRE FRANCE et al. Reconversion de la raffinerie de Grandpuits: pourquoi le projet de Total n'est ni écolo, ni juste. França, janeiro 2021. Disponível em: <https://www.amisdelaterre.org/wp-content/uploads/2021/01/decryptage-plan-raffinerie-grandpuits.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

LÖWY, Michael. **Écosocialisme: L'alternative écologique à la catastrophe écologique capitaliste**. Paris: Mille et Une Nuits, 2011.

MALM, Andreas. **L'anthropocène contre l'histoire: Le réchauffement climatique à l'ère du capital**. Paris: La Fabrique, 2017.

MALM, Andreas. **Comment saboter un pipeline**. Paris: La Fabrique, 2020.

MARX, Karl. **Le Capital**. Livre I. Paris: Les éditions Sociales, s/d.

MARX, Karl. **Manuscrits de 1857-1858 dits "Grundrisse"**. Paris: Les éditions sociales, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.



MONNIN, Alexandre; LANDIVAR, Diego; BONNET, Emmanuel. **Héritage et fermeture**: une écologie du démantèlement. Paris: Divergences, 2021.

PERULLI, Adalberto, TREU, Tiziano (eds.). **Labour Law and Climate Change: Towards a Just Transition**. Alphen aan den Rijn: Kluwer Law International, 2023.

QUENTEL, Amélie. Adrien Cornet: la raffinerie contre-attaque. **Socialter**, 22 abril 2022. Disponível em: <https://www.socialter.fr/article/adrien-cornet-la-raff-contre-attaque>. Acesso em: 10 nov. 2024.

Alexis Cukier

Docente de filosofia moral e política no Departamento de Filosofia da Universidade de Poitiers.
Membro do Laboratório Métaphysique Allemande et Philosophie Pratique (MAPP, EA 2626).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9802-2325>. E-mail: alexis.cukier@univ-poitiers.fr.



CUKIER, Alexis. Trabalho vivo, eco-sindicalismo e direito do trabalho: uma análise ecomarxista de alternativas ao capitalismo verde. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, v. 7, p. 1-21, 2024. DOI: <https://doi.org/10.33239/rjtdh.v7.269>.